



Câmara Municipal de Curitiba

MINUTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01844/2025

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE  
CURITIBA E \_\_\_\_\_.

**CONTRATANTE:** A **CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 720, Curitiba/PR, CEP 80.010-902, inscrita no CNPJ sob o nº **77.636.520/0001-10**, neste ato representada pelo seu Presidente e Ordenador da Despesa, Vereador **LEÔNIDAS EDSON KUZMA**; e, de outro lado;

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, neste ato representada por seu **Sócio Administrador**, **Sr.(a)** \_\_\_\_\_;

Tendo em vista o contido no **Processo Administrativo nº 01844/2025 - CMC**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 004/2026**, com fundamento no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de outsourcing de impressão, incluindo fornecimento de equipamentos, periféricos, software de gestão de impressões e bilhetagem, suprimentos, insumos, treinamento e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e de digitalização especializada, com fornecimento de escâneres de produção de alto volume e escâneres planetários (overhead) para digitalização de acervos históricos, para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Curitiba (CMC), conforme condições estabelecidas no Termo de Referência do **Edital nº 006/2026**, que é parte integrante deste Contrato, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrições e quantitativos abaixo:

GRUPO 01 - OUTSOURCING DE IMPRESSORAS E ESCÂNERES							
Nº	ITEM	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE. DE EQUIPAMENTOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Multifuncional A4 Monocromática (mín. 48 ppm)	GRUPO: 152 SERVIÇO: 26735	Unidade	55			
2	Multifuncional A4 Colorida (mín. 40 ppm)	GRUPO: 152 SERVIÇO: 26743	Unidade	3			



Câmara Municipal de Curitiba

# MINUTA

3	Multifuncional A3 Colorida (mín. 35 ppm A4)	GRUPO: 152 SERVIÇO: 26808	Unidade	2			
4	Impressora de Cartões PVC (frente e verso)	GRUPO: 152 SERVIÇO: 30297	Unidade	1			
5	Scanner de Produção A3 (ADF 300 fls + Mesa)	GRUPO: 181 SERVIÇO: 27618	Unidade	1			
6	Scanner Planetário (Digitalização sem contato)	GRUPO: 181 SERVIÇO: 27618	Unidade	1			
VALOR TOTAL DO ALUGUEL DOS EQUIPAMENTOS:							R\$

GRUPO 01 - ESTIMATIVA DE CÓPIAS/IMPRESSÕES							
Nº	ITEM	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE. ESTIMADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
7	Cópias / Impressões - Multifuncional A4 Monocromática (mín. 48 ppm)	GRUPO: 152 SERVIÇO: 26751	Páginas por Mês	56.760			
8	Cópias / Impressões - Multifuncional A4 Colorida (mín. 40 ppm)	GRUPO: 152 SERVIÇO: 26859	Páginas por Mês	2.784			
9	Cópias / Impressões - Multifuncional A3 Colorida (mín. 35 ppm A4)	GRUPO: 152 SERVIÇO: 26875	Páginas por Mês	3.466			
10	Cópias / Impressões - Impressora de Cartões PVC (frente e verso, com cartão incluso)	GRUPO: 152 SERVIÇO: 30297	Cartões por Mês	45			
VALOR TOTAL DE CÓPIAS/IMPRESSÕES:							R\$

VALOR GLOBAL:	R\$
---------------	-----

1.1 Somente serão pagos os quantitativos de serviços efetivamente demandados pela fiscalização e realizados pela Contratada;

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência;

1.2.2 O Edital da Licitação;

1.2.3 A Proposta da Contratada;



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

### 1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**2.1** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município (DOM), prorrogável por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021;

**2.1.1** A prorrogação é condicionada ao atesto, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada;

**2.1.2** A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

**2.1.3** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

**2.2** O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observada a abrangência da aplicação.

### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

**3.1** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo focal da seção responsável da DTIC.

**3.2** A Contratada terá o prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Autorização para Prestação dos Serviços, para a entrega, instalação e configuração dos equipamentos e dos softwares nos locais definidos pela DTIC da Contratante.

**3.3** O recebimento, a verificação de documentos e a inspeção visual dos equipamentos serão executados pela DTIC da Contratante.

**3.4** A não aprovação de qualquer equipamento terá efeito suspensivo no que se refere ao prazo máximo para recebimento provisório, até que a Contratada providencie a solução do problema (conserto ou substituição), no endereço de entrega dos objetos, num prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**.

**3.5** Os custos relativos a deslocamentos para retirada/entrega de equipamentos/peças para manutenção na sede da Contratada e gastos com alimentação de funcionários da mesma, bem como o transporte de equipamentos, serão de sua responsabilidade, não cabendo nenhum ônus à Contratante.

**3.6** A instalação poderá ocorrer em qualquer unidade administrativa vinculada à Contratante, situada no perímetro urbano do Município de Curitiba - PR, admitindo-se remanejamentos internos durante a vigência contratual, sem alteração do quantitativo global contratado e sem ônus adicional para a Contratante, aos quais também deverão ser fornecidos todos os suprimentos, exceto papel, e prestados os serviços de assistência técnica, incluindo manutenção preventiva e corretiva, tendo a proponente obrigatoriedade na remoção e reinstalação dos equipamentos, bem como quaisquer configurações adicionais que se fizerem necessárias para o funcionamento dos equipamentos.

**3.7** Os serviços de gerenciamento de impressão e bilhetagem deverão estar previamente testados em suas funcionalidades plenas no servidor instalado na Contratante

**3.8** A Contratada deverá comunicar expressamente à Fiscalização da Contratante toda e qualquer irregularidade observada no objeto da contratação.

**3.9** A Contratada assumirá inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, de acordo com as especificações constantes na proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos.

**3.10** Aos servidores da Contratante incumbirá acompanhar a prestação dos serviços, determinando à Contratada as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento da obrigação;

**3.11** Os serviços serão recebidos definitivamente após a verificação de sua qualidade e adequação, em conformidade com a proposta da Contratada, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado de Atesto de Recebimento;



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

**3.12** Os servidores da Contratante somente aceitarão os serviços que forem executados com estrito atendimento às condições expressas neste documento;

**3.13** Os serviços poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser repetidos no prazo fixado pelo servidor responsável, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

**3.14** Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da aquisição deverão ser prontamente atendidas pela Contratada;

**3.15** Quaisquer custos referentes à reexecução de serviços em razão de sua não conformidade com os requisitos do Termo de Referência deverão correr por conta da Contratada;

**3.16** A Contratada, por ocasião da prestação dos serviços, deverá apresentar nota fiscal em que conste a especificação dos serviços prestados, quantidade, preço unitário e valor total;

**3.17** A Contratada deverá apresentar Relatório dos Serviços Prestados, juntamente com a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), informando, discriminadamente: locais, especificação dos serviços e datas de início e término de sua execução, a fim de possibilitar a conferência e o atesto pela Fiscalização;

**3.18** Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à Contratante é reservado o direito, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo, para isso:

**3.18.1** Ordenar a imediata retirada do local e a substituição de funcionário da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

**3.18.2** Solicitar aos supervisores e/ou encarregados da Contratada o reparo e/ou correção de eventual imperfeição na execução dos serviços.

**3.19** A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

**3.20** A ação ou omissão da Contratante no acompanhamento e fiscalização não exime a Contratada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre os produtos oferecidos, o cumprimento dos prazos e quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

**4.1** Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência do objeto, sem prévia e expressa autorização da Contratante.

### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

**5.1** Pelo fornecimento, objeto deste contrato, a Contratante pagará à Contratada a importância de até **R\$** \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), pelos equipamentos efetivamente entregues, conforme a necessidade da Contratante, de acordo com a proposta da Contratada e com a tabela constante na cláusula 1.1;

**5.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

#### 6.1 LIQUIDAÇÃO E PRAZO DE PAGAMENTO

**6.1.1** A Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser encaminhada ao respectivo Fiscal para providências de liquidação após a execução do serviço ou entrega do objeto;



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

**6.1.2** Para fins de liquidação, a Nota Fiscal ou Fatura apresentada deverá conter os seguintes elementos:

- 6.1.2.1** a data da emissão;
- 6.1.2.2** os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 6.1.2.3** descrição clara e individualizada do objeto;
- 6.1.2.4** o período de execução, no caso de serviço contínuo;
- 6.1.2.5** o valor a pagar; e
- 6.1.2.6** eventual destaque de retenções tributárias cabíveis.

**6.1.3** Havendo inconsistência na Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente a liquidação ficará suspensa até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo para pagamento, sem ônus à Contratante;

**6.1.4** O pagamento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos, contados da sua apresentação;

**6.1.5** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade;

**6.1.6** O pagamento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente ficará condicionado à manutenção das condições de habilitação da Contratada;

**6.1.7** Verificada, pelo Fiscal, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante;

**6.1.8** Não havendo regularização, o contrato será passível de rescisão, sem prejuízo de aplicação de eventuais sanções;

**6.1.9** Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita;

**6.1.10** Na hipótese de atraso no pagamento, por prazo superior a 30 (trinta) dias, por culpa exclusiva da Contratante, sobre o valor da Nota Fiscal incidirá correção monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), proporcional aos dias em atraso.

### 6.3 FORMA DE PAGAMENTO

**6.3.1** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada;

**6.3.2** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

**6.3.3** Na ocasião do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**6.3.4** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

### CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

**7.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data da proposta, em \_\_/\_\_/\_\_;

**7.2** Após o interregno de um ano, e mediante pedido da contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

**7.4** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

**7.5** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

**7.6** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

**7.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

**7.8** O reajuste será realizado por apostilamento.

### CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**8.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas presentes neste instrumento, no Termo de Referência e nos termos de sua proposta;

**8.2** Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a Contratada possa executar o objeto, fornecendo a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação por escrito da Contratada, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;

**8.3** Configurar as impressoras nas estações de trabalho dos usuários da CMC.

**8.4** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**8.5** Verificar se durante a vigência do contrato estão sendo mantidas todas as exigências e condições de habilitação e qualificação da Contratada.

**8.6** Conferir, vistoriar e aprovar os serviços executados pela Contratada.

**8.7** Atestar a execução do objeto contratado no documento correspondente.

**8.8** Conferir e atestar as notas fiscais e faturas mensais.

**8.9** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços, equipamentos, peças, insumos e suprimentos fora do estabelecido ou que estejam em desacordo com o Termo de Referência.

**8.10** Não utilizar os equipamentos fornecidos, sempre que haja recomendação da Contratada neste sentido, com a finalidade de preservá-los de danos maiores ou irreversíveis, até que os mesmos sejam liberados para o uso normal.

**8.11** Exigir a imediata substituição de qualquer técnico/funcionário da Contratada, caso o julgue tecnicamente inapto, que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a fiscalização ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.

**8.12** Prestar à Contratada as informações eventualmente necessárias para a prestação dos serviços.





Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

**8.13** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais falhas na prestação dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

**8.14** A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8.15** Efetuar o pagamento pelos serviços executados, na forma convencionada no presente instrumento, desde que atendidas as formalidades previstas.

### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1** Executar os serviços conforme as especificações do Termo de Referência e de sua proposta, alocando os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios na qualidade e quantidade especificadas.

**9.2** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, salvo nas hipóteses de alteração unilateral ou extinção do contrato previstas na legislação vigente, em especial na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**9.3** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no contrato ou, nos casos omissos, pelo fiscal do contrato, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**9.4** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, conforme a legislação civil aplicável e as disposições da Lei nº 14.133/2021. Fica a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

**9.5** Responsabilizar-se pelos atos de seus empregados e pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, arcando com toda e qualquer indenização proveniente de suas ações ou omissões.

**9.6** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica.

**9.7** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em estrita observância à legislação vigente.

**9.8** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**9.9** Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas.

**9.10** Facilitar o acompanhamento e a fiscalização da Contratante sobre a execução dos serviços.

**9.11** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, bem como prestar, prontamente, os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

**9.12** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**9.13** Acatar e cumprir as normas internas da Administração.

**9.14** Manter estrutura de manutenção, assistência técnica, estoque de peças e suporte técnico capacitado, sediada em Curitiba – PR e/ou Região Metropolitana, durante a vigência do contrato, bem como endereço e telefone para contato permanentemente atualizados, visando o atendimento à Contratante.

**9.15** Credenciar, por escrito, junto à Contratante, um representante com poderes para tomar quaisquer providências relativas à execução do objeto da licitação.



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

**9.16** Garantir a qualidade dos serviços, os quais, caso detectados vícios, defeitos ou serviço mal executado, serão refeitos, correndo as despesas daí resultantes por conta da Contratada, ficando sujeitos às penalidades aplicáveis à inadimplência.

**9.17** Fornecer os equipamentos que atendam rigorosamente às especificações constantes das respectivas propostas. No momento da formulação das propostas, estas deverão conter todos os elementos necessários para identificar, com exatidão, todos os equipamentos propostos, tais como fabricantes/marcas, modelos, etc.

**9.18** Fornecer e instalar, com acompanhamento técnico, os equipamentos novos, de primeiro uso e em perfeitas condições de funcionamento, acondicionados em embalagens lacradas de fábrica, mediante apresentação da(s) nota(s) fiscal(s), disponibilizando-os para a Contratante nos locais especificados, no prazo máximo estipulado no item 3.2.

**9.19** Fornecer os equipamentos com cabos, mídias, manual em português, adaptadores e conectores necessários ao perfeito funcionamento dos mesmos.

**9.20** Prestar amplo serviço de assistência técnica preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças e fornecimento de suprimentos novos, sem uso anterior, originais do fabricante do equipamento, exceto papel reprográfico, a ser executado em cada local de instalação dos equipamentos, durante o horário de expediente da repartição, obedecendo às instruções do fabricante do equipamento, de forma a mantê-los em perfeitas condições de uso para a Contratante.

**9.21** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

**9.22** Prestar orientação técnica, por ocasião da instalação, sobre a maneira correta, segura e eficiente de utilização dos equipamentos, inclusive quanto à troca do cartucho/toner, cilindro e revelador.

**9.23** Os equipamentos de mesmo tipo deverão ser da mesma marca e modelo. No caso de necessidade de troca, o novo equipamento deverá atender às especificações do edital. O modelo poderá ser o mesmo ou superior, desde que aprovado pela DTIC da Contratante.

**9.24** Prestar garantia para os serviços executados, nos termos regulamentados por normas legais, em especial ABNT e INMETRO.

**9.25** Se necessário ou solicitado pela Contratante, custear ensaios, testes e demais provas exigidas pelas normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto da presente licitação, tomando-se por base o controle de qualidade do INMETRO e ABNT.

**9.26** Prestar serviços de manutenção corretiva e preventiva em dias e horários estabelecidos em acordo com a Contratante.

**9.27** Prover o adequado transporte e manuseio do objeto da presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.

**9.28** Prestar à Contratante, sempre que necessário e solicitado, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados e produtos/materiais a serem empregados, fornecendo toda e qualquer orientação para acompanhamento e apreciação dos mesmos.

**9.29** Manter software de gerenciamento e contabilização de impressões em perfeito funcionamento, com as funcionalidades mínimas para atendimento das necessidades da Contratante.

**9.30** Emitir relatório de assistência realizada nos equipamentos em cada local de sua instalação, ao término de cada serviço realizado, seja de manutenção preventiva ou corretiva. Além de, mensalmente, gerar relatórios dos quantitativos de documentos/páginas impressos por cada equipamento para fins de faturamento.

**9.31** Apresentar mensalmente relatório com a síntese de chamados por equipamento (contendo local de instalação e número de série) e relatório em separado para os chamados que excederem os limites do ANS, também por equipamento.





Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

**9.32** A Contratada deverá realizar, junto à Fiscalização do Contrato, mensalmente, nos primeiros dias de cada mês, a apuração das quantidades de documentos impressos por cada máquina, mediante dispositivo automático instalado nos equipamentos, cujos relatórios deverão ser visados pela Contratante.

**9.33** Custos relativos a deslocamentos para retirada/entrega de equipamentos/peças para manutenção e gastos com alimentação de funcionários da Contratada, bem como o transporte de equipamentos, serão de responsabilidade da mesma, não cabendo nenhum ônus à Contratante.

**9.34** Comunicar expressamente à Contratante, a quem deliberar a respeito, toda e qualquer irregularidade observada no objeto da contratação.

**9.35** Arcar com eventuais prejuízos causados dentro das instalações da CMC por seus empregados durante a prestação dos serviços.

**9.36** Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento, como taxas, fretes ou impostos.

**9.37** Executar diretamente o objeto contratado, sem transferência de responsabilidade ou subcontratações não autorizadas pela Contratante.

**9.38** Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, de acordo com as especificações constantes na proposta e/ou instruções do Edital de Pregão e seus anexos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

**10.1** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, podendo a Contratada optar por caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

**10.2** No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

**10.3** A garantia nas demais modalidades deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

**10.4** Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

**10.5** Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

**10.6** Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

**10.7** A manutenção da garantia é obrigatória durante toda a vigência contratual, sob pena de aplicação de sanções administrativas e legais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**11.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2** Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**11.2.1** Impedimento de licitar e contratar: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.2.2** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.2.3** Multa:

**11.2.3.1** Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, contado desde o primeiro dia do atraso na execução de qualquer prazo previsto no Termo de Referência ou instrumento contratual, a ser calculada sobre o valor da obrigação inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**11.2.3.2** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme determina o inciso I do artigo 137, da Lei nº 14.133/21, com aplicação de multa compensatória no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**11.3** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.4** Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.4.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.4.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

**11.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.6** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

**11.7** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

**11.8** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.9** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.10** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

**11.11** Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

**12.1** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

**12.2** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

**12.2.1** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

**12.2.2** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.2.3** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

**12.2.3.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

**12.3** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

**12.3.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.3.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.3.3** Indenizações e multas;

**12.4** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021);

**12.5** O contrato poderá ser extinto:



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

**12.5.1** Caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**12.5.2** Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**13.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Curitiba deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

01.01.01.122.0011.2002	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO PODER LEGISLATIVO
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA

01.01.01.031.0011.2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES POLÍTICO-PARLAMENTARES
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA

**13.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

**14.1** Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, além da legislação municipal.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**15.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

**15.2** A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

**15.3** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);

**15.4** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

**16.1** Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

**17.1** Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

PALÁCIO RIO BRANCO, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**LEÔNIDAS EDSON KUZMA**

Presidente  
Câmara Municipal de Curitiba

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

1ª Testemunha:  
Nome:

2ª Testemunha:  
Nome: